MUNICÍPIO DE CURITIBA

Contrato nº **867FMS** entre o **MUNICÍPIO** de Curitiba e o **COMPLEXO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR –** Filial da **EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH**, para execução de serviços de atenção à saúde a nível ambulatorial e hospitalar, aos usuários do SUS/CURITIBA.

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE CURITIBA**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, CNPJ 13.792.329/0001-84, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde, **BEATRIZ BATTISTELLA NADAS**, CPF/MF nº. 519.160.969-72, na qualidade de Ordenadora da Despesa, e de outro lado a **EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH,** neste ato representado por seu Presidente General **OSWALDO DE JESUS FERREIRA**, brasileiro, casado, militar, CPF 415.430.927-72, RG 049304951-4, Ministério da Defesa, residente e domiciliado à SQN 310, bloco G , apartamento 608 , Asa Norte, CEP 70.756-070, Brasília – DF e pelo Diretor de Ensino, Pesquisa e Atenção à Saúde **GIUSEPPE CESARE GATTO**, brasileiro, casado, médico, CPF 273.214.558-07, RG 1627156/SSP-DF, residente em SQSW 304, nº S/N, BL K, apartamento 408, Setor Sudoeste, Brasília DF, CEP 70670-411, por intermédio de sua filial o **COMPLEXO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR –** inscrito no CNPJ/MF sob nº.15.126.437/0024-30, com sede na Rua General Carneiro, 181, bairro Alto da Glória, Curitiba-PR, neste ato representado por sua Superintendente Geral Prof.ª. Drª. **CLAUDETE REGGIANI**, brasileira, casada, CPF/MF nº.428.921.479-72, RG 892247-0, residente e domiciliada à Rua Lamenha Lins, 447, Curitiba PR, CEP 80250-020 e pelo Gerente de Atenção à Saúde CHC/UFPR **ELIZABETH BERNARDINO**, brasileira, solteira, enfermeira, CPF 320.075.159-20, RG 17.008.374SSP/PR, residente e domiciliado à rua Francisco Querino de Lima, 199, casa 09, São Braz, Curitiba PR, CEP 82.015-360, doravante denominado **HOSPITAL**, e tendo em vista o contido no Processo Eletrônico nº. 01-112823/2022-PMC, tendo em vista o que dispõe a Constituição em especial os seus artigos 196 e seguintes; as Leis nº 8.080/90 e 8.666/93, esta última atualizada pela Lei nº 8.883/94 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, no que couber, e considerando a inexigibilidade de licitação fundamentada no caput do Art.25 da Lei Federal 8.666/93, Portaria de Consolidação nº 02 de 28/09/2017 conforme diretrizes originárias da Portaria MS/GM 3410/2013 e outras normativas do Ministério da Saúde aplicadas a este ajuste resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de atenção à saúde, a nível ambulatorial e hospitalar, aos usuários do SUS/CURITIBA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a formalizar a prestação de serviços de saúde ao Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Curitiba, com o **COMPLEXO HOSPITALAR DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR – Filial** da **EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH,** por meio do Hospital de Clínicas, Hospital de Ensino no SUS, definindo a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde a nível ambulatorial e hospitalar, de modo a caracterizá-lo como polo de atendimento aos usuários do SUS/Curitiba, particularmente nas áreas de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, desenvolvendo atividades de ensino e pesquisa, em especial as compatibilizadas com a realidade sanitária loco-regional e consequentes demandas do SUS, bem como aperfeiçoando o modelo assistencial focado em resultados com ênfase nas práticas de assistência integrais e humanizadas, em conformidade com o Documento Descritivo e seus Anexos, partes integrantes e indissociáveis deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será de 04 (quatro) meses, com início a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por acordo entre as partes, nos termos do artigo 57 da Lei Federal n° 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo primeiro

Conforme Ofício Circular n° 02/2022-PGM de 09/03/2022, nos contratos assinados digitalmente, considera-se o contrato celebrado na data da última assinatura, dentre as partes contratantes.

Parágrafo segundo

É obrigatória a publicação do extrato deste instrumento e seus aditivos no Diário Oficial do Município de Curitiba/PR em conformidade com o art. 61 da Lei nº 8.666/93 e em Portal eletrônico mantido pelo HOSPITAL na internet, nos termos do artigo 44 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor global estimado para a execução do presente contrato é de **R$ 44.303.210,12** (quarenta e quatro milhões, trezentos e três mil, duzentos e dez reais e doze centavos) pelos serviços efetivamente prestados e metas alcançadas, conforme pactuado no Documento Descritivo e Anexos.

Parágrafo primeiro

No primeiro mês de vigência do contrato o valor a ser repassado ao **HOSPITAL** será de até **R$ 11.300.802,53** (onze milhões, trezentos mil e oitocentos e dois reais e cinquenta e três centavos).

Para os demais meses de vigência do contrato o valor a ser repassado mensalmente é de até **R$ 11.000.802,53** (onze milhões, oitocentos e dois mil e cinquenta e três centavos).

Parágrafo segundo

Os recursos destinados ao custeio dos serviços contratados originar-se-ão do Fundo Nacional de Saúde (FNS), do Fundo Estadual de Saúde SESA/PR (FUNSAUDE), que por sua vez repassarão os valores ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba (FMS), de forma regular e mensal, para fins de efetivo pagamento pelo **MUNICÍPIO**, através da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ao **HOSPITAL** e de recursos próprios do **MUNICÍPIO**, transferidos ao Fundo Municipal da Saúde, através da Secretaria Municipal de Saúde ao **HOSPITAL**.

Parágrafo terceiro

O repasse ao **HOSPITAL** para o primeiro mês de vigência do contrato será de até **R$ 11.300.802,53** (onze milhões, trezentos mil e oitocentos e dois reais e cinquenta e três centavos), estabelecidas conforme abaixo discriminado:

1. Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde referentes a valores pré-fixados

a) **R$ 1.225.427,39** (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos) originários do FNS/TETO MAC de Curitiba correspondente ao valor médio do faturamento do **HOSPITAL** em procedimentos ambulatoriais de média complexidade;

b) **R$ 2.772.173,85** (dois milhões, setecentos e setenta e dois mil, cento e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos) originários do Fundo Nacional de Saúde/TETO MAC de Curitiba e correspondente ao valor médio do faturamento do **HOSPITAL** em procedimentos hospitalares de média complexidade, sendo que deste valor R$ 372.395,50 (trezentos e setenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) refere-se ao incremento oriundo da Resolução SESA nº1127/2021, de 22 de dezembro de 2021;

c) **R$ 788.038,00** (setecentos e oitenta e oito mil e trinta e oito reais) mensais, originários de repasse do Ministério da Saúde que compõem o FIDEPS (Fator de Incentivo ao Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa). A parcela equivalente a este incentivo manter-se-á como memória de cálculo neste Processo para eventuais alterações nas normalizações do Ministério da Saúde;

d) **R$ 95.470,39** (noventa e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e nove centavos) originários de recursos incorporados ao FMS pelo Ministério da Saúde, a título de incentivo à manutenção da disponibilização de 100% da capacidade instalada do Hospital ao SUS;

e) **R$ 559.142,60** (quinhentos e cinquenta e nove mil, cento e quarenta e dois reais e sessenta centavos) originários do Fundo Nacional de Saúde, conforme Portaria MS/GM nº 2583 de 02/12/2004 e Portaria MS/GM nº 3132 de 24/12/2008 referente ao *Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC);*

f) **R$ 304.254,17** (trezentos e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos), originários do Fundo Nacional de Saúde, referente ao Programa Interministerial de Reforço e Manutenção dos Hospitais Universitários, Portaria nº 775 de 24/05/2005;

g) **R$ 585.155,79** (quinhentos e oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais e setenta e nove centavos) originários do Fundo Nacional de Saúde/TETO MAC de Curitiba, referente aos recursos REHUF para o Complexo Hospital de Clínicas, conforme Portaria Ministerial nº. 1929 de 19 de julho de 2010;

h) **R$ 370.302,54** (trezentos e setenta mil, trezentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos) originários de transferência do FNS/TETO MAC/Rede Cegonha de Curitiba a título de Incentivo ao Programa Rede Cegonha, em conformidade com as Portarias Ministeriais nº 2297 de 02 de outubro de 2012 e nº 3.400/2019;

i) **R$ 5.000,00** (cinco mil reais) originários de transferência do FNS ao FMS. Estes recursos são oriundos do Ministério da Saúde, destinados ao custeio e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (VEH), conforme Portaria MS/GM nº 48 de 20/01/2015 e Portaria de Consolidação MS/GM nº 06 de 28/09/17 e diretrizes originárias da Portaria MS/GM nº 183 de 30/01/2014;

j) **R$ 90.489,95** (noventa mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos) originários de transferência do FNS/Teto MAC de Curitiba, para o custeio das ações e serviços referentes aos leitos de AVC tipo III em conformidade com a Portaria Ministerial nº 665 de 12 de abril de 2012 e Deliberação CIB PR nº. 343 de 14/12/2012;

k) **R$ 765.375,00** (setecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais) a título de incentivo para novos leitos qualificados e porta de entrada para a RUE, originários do Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria MS nº 2544/2017;

l) **R$ 11.650,00** (onze mil, seiscentos e cinquenta reais) a título de incentivo para atenção especializada em Doenças Raras, oriundos do FNS, conforme Portaria MS/GM nº 3.968 de 31 de dezembro de 2020.

m) O montante de **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais) originários de transferência do FNS ao FMS. Este recurso é oriundo do Ministério da Saúde, conforme a Portaria MS/GM nº 2624 de 28 de setembro de 2020, a qual institui incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para execução de ações de vigilância, para ações de enfrentamento à Pandemia Coronavírus, sendo repassado em parcela única ao HOSPITAL.

2. Recursos oriundos do Tesouro Municipal referentes a valores pré-fixados.

a) **R$ 11.149,46** (onze mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos) mensais, oriundos do Tesouro Municipal e transferidos ao FMS, correspondente ao Programa de Saúde Mental, recursos estabelecidos

em conformidade com Portaria de Consolidação nº 02 GM/MS de 28/09/2017 e diretrizes originárias da Portarias MS/GM nº 3410 de 30/12/2013;

b) **R$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais) originários do tesouro municipal e transferido ao FMS correspondente ao Incentivo Hospitalar SUS/Curitiba, conforme Resolução Municipal nº 06 de 09 de julho de 2021;

3. Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde referentes aos valores pós-fixados

a) Repasse mensal de até **R$ 821.164,86** (oitocentos e vinte e um mil, centos e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) originários de transferência do FNS ao FMS a título de ressarcimento por ações e serviços executados pelo **HOSPITAL** em assistência ambulatorial de alta complexidade e na exata medida da comprovação dos corretos e adequados registros de autorização e confirmação de realização dessa modalidade assistência no sistema de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do Município, assim como no sistema de pagamentos do Ministério da Saúde;

b) Repasse mensal de até **R$ 858.262,63** (oitocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e dois reais e sessenta e três centavos), originários de transferência do FNS ao FMS a título de ressarcimento por ações e serviços executados pelo **HOSPITAL** em assistência hospitalar de alta complexidade, e na exata medida da comprovação dos corretos e adequados registros de autorização e confirmação de realização desta modalidade de assistência nos sistemas de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do Município, assim como no sistema de pagamentos do Ministério da Saúde (SIH/SUS);

c) Repasse mensal de até **R$ 206.040,69** (duzentos e seis mil, quarenta reais e sessenta e nove centavos), originários de transferência do FNS ao FMS, a título de ressarcimento pela realização de ações e serviços ambulatoriais classificados pelo Ministério da Saúde como procedimentos estratégicos. Esse repasse estará condicionado à comprovação dos corretos e adequados registros de autorização e realização dessa modalidade de assistência no Sistema de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do **MUNICÍPIO**, assim como processados e aprovados nos sistemas de pagamentos do Ministério da Saúde (SIA-SUS e SIH-SUS), em conformidade com a Portaria Ministerial nº 2867 de 27 de novembro de 2008;

d) Repasse mensal de até **R$ 1.041.705,21** (um milhão, quarenta e um mil, setecentos e cinco reais e vinte e um centavos), originários de transferência do FNS ao FMS, a título de ressarcimento pela realização de ações e serviços hospitalares classificados pelo Ministério da Saúde como procedimentos estratégico. Esse repasse estará condicionado à comprovação dos corretos e adequados registros de autorização e realização dessa modalidade de assistência no Sistema de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do **MUNICÍPIO**, assim como processados e aprovados nos sistemas de pagamentos do Ministério da Saúde (SIA-SUS e SIH-SUS), em conformidade com a Portaria Ministerial nº 2867 de 27 de novembro de 2008.

4. Recursos oriundos do FUNSAÚDE/Fundo Estadual de Saúde/SESA - PR

a) **R$ 340.000,00** (trezentos e quarenta mil reais) mensais originários de transferência do FUNSAUDE ao FMS a título de Incentivo PROGRAMA HOSPSUS (Programa de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Estado do Paraná), conforme a Resolução SESA n. º153/2016 e Termo de Compromisso entre Gestores publicada no Diário Oficial Paraná de 04/05/2016. As metas e compromissos do HOSPSUS estão descritas no teor da Resolução citada acima, com cronograma de avaliações a serem definidos pela Secretaria de Estado de Saúde/2ª Regional Metropolitana de Saúde.

b) Inclusão de incremento oriundo da Resolução SESA nº1127/2021, de 22 de dezembro de 2021, que estabelece as normativas e recursos financeiros para execução da 01ª Fase do Programa Paranaense de Ampliação do Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado do Paraná – "OPERA PARANÁ", no valor mensal de **R$ 372.395,50** (trezentos e setenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos). Este valor deverá ser executado dentro do previsto na Resolução SESA nº 1127/2021. O valor deste recurso está contemplado no item 1b do parágrafo terceiro.

Parágrafo quarto

1. O repasse dos valores pré-fixados ao **HOSPITAL** para o primeiro mês de vigência do Contrato ocorrerá do seguinte modo:

a) Sessenta por cento (60%) do valor pré-fixado que remonta a **R$ 4.820.177,48** (quatro milhões, oitocentos e vinte mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos) serão repassados mensalmente condicionados ao cumprimento das metas quantitativas;

b) Quarenta por cento (40%) do valor pré-fixado que remonta a **R$ 3.213.451,66** (três milhões, duzentos e treze mil, quatrocentos e cinquenta e um reais, e sessenta e seis centavos) será repassado no primeiro mês de vigência condicionado ao cumprimento das metas qualitativas.

2. O repasse do valor pós-fixado deste montante importa em parcela única de até **R$ 2.927.173,39** (dois milhões, novecentos e vinte e sete mil, cento e setenta e três reais e trinta e nove centavos), condicionado à efetiva realização dos procedimentos contratados.

3. O repasse do valor do Incentivo HOSPSUS deste montante importa em parcelas mensais de até **R$ 340.000,00** (trezentos e quarenta mil reais) de acordo com as condições descritas na Resolução SESA n.º 153/2016.

Parágrafo quinto

Para os demais meses de vigência do contrato o valor mensal a ser repassado ao **HOSPITAL** será de até **R$ 11.000.802,53** (onze milhões oitocentos e dois mil e cinquenta e três centavos), composto de parcelas conforme abaixo especificado:

1. Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde referentes a valores pré-fixados

a) R$ 1.225.427,39 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e nove centavos) originários do FNS/TETO MAC de Curitiba correspondente ao valor médio do faturamento do **HOSPITAL** em procedimentos ambulatoriais de média complexidade;

b) R$ 2.772.173,85 (dois milhões, setecentos e setenta e dois mil, cento e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos) originários do Fundo Nacional de Saúde/TETO MAC de Curitiba e correspondente ao valor médio do faturamento do **HOSPITAL** em procedimentos hospitalares de média complexidade, sendo que deste valor R$ 372.395,50 (trezentos e setenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) refere-se ao incremento oriundo da Resolução SESA nº1127/2021, de 22 de dezembro de 2021;

c) R$ 788.038,00 (setecentos e oitenta e oito mil e trinta e oito reais) mensais, originários de repasse do Ministério da Saúde que compõem o FIDEPS (Fator de Incentivo ao Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa). A parcela equivalente a este incentivo manter-se-á como memória de cálculo neste Processo para eventuais alterações nas normalizações do Ministério da Saúde;

d) R$ 95.470,39 (noventa e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e nove centavos) originários de recursos incorporados ao FMS pelo Ministério da Saúde, a título de incentivo à manutenção da disponibilização de 100% da capacidade instalada do Hospital ao SUS;

e) R$ 559.142,60 (quinhentos e cinquenta e nove mil, cento e quarenta e dois reais e sessenta centavos) originários do Fundo Nacional de Saúde, conforme Portaria MS/GM nº 2583 de 02/12/2004 e Portaria MS/GM nº 3132 de 24/12/2008 referente ao *Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC);*

f) R$ 304.254,17 (trezentos e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos), originários do Fundo Nacional de Saúde, referente ao Programa Interministerial de Reforço e Manutenção dos Hospitais Universitários, Portaria nº 775 de 24/05/2005;

g) R$ 585.155,79 (quinhentos e oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais e setenta e nove centavos) originários do Fundo Nacional de Saúde/TETO MAC de Curitiba, referente aos recursos REHUF para o Complexo Hospital de Clínicas, conforme Portaria Ministerial nº. 1929 de 19 de julho de 2010;

h) R$ 370.302,54 (trezentos e setenta mil, trezentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos) originários de transferência do FNS/TETO MAC/Rede Cegonha de Curitiba a título de Incentivo ao Programa Rede Cegonha, em conformidade com as Portarias Ministeriais nº 2297 de 02 de outubro de 2012 e nº 3.400/2019;

i) R$ 5.000,00 (cinco mil reais) originários de transferência do FNS ao FMS. Estes recursos são oriundos do Ministério da Saúde, destinados ao custeio e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de Vigilância Epidemiológica Hospitalar (VEH), conforme Portaria MS/GM nº 48 de 20/01/2015 e Portaria de Consolidação MS/GM nº 06 de 28/09/17 e diretrizes originárias da Portaria MS/GM nº 183 de 30/01/2014;

j) R$ 90.489,95 (noventa mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos) originários de transferência do FNS/Teto MAC de Curitiba, para o custeio das ações e serviços referentes aos leitos de AVC tipo III em conformidade com a Portaria Ministerial nº 665 de 12 de abril de 2012 e Deliberação CIB PR nº. 343 de 14/12/2012;

k) R$ 765.375,00 (setecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais) a título de incentivo para novos leitos qualificados e porta de entrada para a RUE, originários do Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria MS nº 2544/2017;

l) R$ 11.650,00 (onze mil, seiscentos e cinquenta reais) a título de incentivo para atenção especializada em Doenças Raras, oriundos do FNS, conforme Portaria MS/GM nº 3.968 de 31 de dezembro de 2020.

2. Recursos oriundos do Tesouro Municipal referentes a valores pré-fixados.

a) R$ 11.149,46 (onze mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos) mensais, oriundos do Tesouro Municipal e transferidos ao FMS, correspondente ao Programa de Saúde Mental, recursos estabelecidos em conformidade com Portaria de Consolidação nº 02 GM/MS de 28/09/2017 e diretrizes originárias da Portarias MS/GM nº 3410 de 30/12/2013;

b) R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) originários do tesouro municipal e transferido ao FMS correspondente ao Incentivo Hospitalar SUS/Curitiba, conforme Resolução Municipal nº 06 de 09 de julho de 2021;

3. Recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde referentes aos valores pós-fixados

a) Repasse mensal de até **R$ 821.164,86** (oitocentos e vinte e um mil, centos e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) originários de transferência do FNS ao FMS a título de ressarcimento por ações e serviços executados pelo **HOSPITAL** em assistência ambulatorial de alta complexidade e na exata medida da comprovação dos corretos e adequados registros de autorização e confirmação de realização dessa modalidade assistência no sistema de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do Município, assim como no sistema de pagamentos do Ministério da Saúde;

b) Repasse mensal de até **R$ 858.262,63** (oitocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e dois reais e sessenta e três centavos), originários de transferência do FNS ao FMS a título de ressarcimento por ações e serviços executados pelo **HOSPITAL** em assistência hospitalar de alta complexidade, e na exata medida da comprovação dos corretos e adequados registros de autorização e confirmação de realização desta modalidade de assistência nos sistemas de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do Município, assim como no sistema de pagamentos do Ministério da Saúde (SIH/SUS);

c) Repasse mensal de até **R$ 206.040,69** (duzentos e seis mil, quarenta reais e sessenta e nove centavos), originários de transferência do FNS ao FMS, a título de ressarcimento pela realização de ações e serviços ambulatoriais classificados pelo Ministério da Saúde como procedimentos estratégicos. Esse repasse estará condicionado à comprovação dos corretos e adequados registros de autorização e realização dessa modalidade de

assistência no Sistema de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do **MUNICÍPIO**, assim como processados e aprovados nos sistemas de pagamentos do Ministério da Saúde (SIA-SUS e SIH-SUS), em conformidade com a Portaria Ministerial nº 2867 de 27 de novembro de 2008;

d) Repasse mensal de até **R$ 1.041.705,21** (um milhão, quarenta e um mil, setecentos e cinco reais e vinte e um centavos), originários de transferência do FNS ao FMS, a título de ressarcimento pela realização de ações e serviços hospitalares classificados pelo Ministério da Saúde como procedimentos estratégico. Esse repasse estará condicionado à comprovação dos corretos e adequados registros de autorização e realização dessa modalidade de assistência no Sistema de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do **MUNICÍPIO**, assim como processados e aprovados nos sistemas de pagamentos do Ministério da Saúde (SIA-SUS e SIH-SUS), em conformidade com a Portaria Ministerial nº 2867 de 27 de novembro de 2008.

4. Recursos oriundos do FUNSAÚDE/Fundo Estadual de Saúde/SESA – PR

a) **R$ 340.000,00** (trezentos e quarenta mil reais) mensais originários de transferência do FUNSAUDE ao FMS a título de Incentivo PROGRAMA HOSPSUS (Programa de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Estado do Paraná), conforme a Resolução SESA n.º153/2016 e Termo de Compromisso entre Gestores publicada no Diário Oficial Paraná de 04/05/2016. As metas e compromissos do HOSPSUS estão descritas no teor da Resolução citada acima, com cronograma de avaliações a serem definidos pela Secretaria de Estado de Saúde/2ª Regional Metropolitana de Saúde.

c) Inclusão de incremento oriundo da Resolução SESA nº1127/2021, de 22 de dezembro de 2021, que estabelece as normativas e recursos financeiros para execução da 01ª Fase do Programa Paranaense de Ampliação do Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no Estado do Paraná – "OPERA PARANÁ", no valor mensal de **R$ 372.395,50** (trezentos e setenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos). O valor deste recurso está contemplado no item 1b do parágrafo quinto.

Parágrafo sexto

O repasse dos valores pré-fixados ao **HOSPITAL** para os demais meses de vigência do Contrato ocorrerá mensalmente do seguinte modo:

a) Sessenta por cento (60%) do valor pré-fixado que remonta a **R$ 4.640.177,48** (quatro milhões, seiscentos e quarenta mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos) serão repassados mensalmente condicionados ao cumprimento das metas quantitativas;

b) Quarenta por cento (40%) do valor pré-fixado que remonta a **R$ 3.093.451,66** (três milhões, noventa e três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos) serão repassados mensalmente condicionados ao cumprimento das metas qualitativas.

c) O repasse dos valores pós-fixados deste montante importa em parcelas mensais de até **R$ 2.927.173,39** (dois milhões, novecentos e vinte

e sete mil, cento e setenta e três reais e trinta e nove centavos), condicionado à efetiva realização dos procedimentos contratados.

d) O repasse do valor do Incentivo HOSPSUS deste montante importa em parcelas mensais de até **R$ 340.000,00** (trezentos e quarenta mil reais) de acordo com as condições descritas na Resolução SESA n.º 153/2016.

e) No caso de eventuais reajustes financeiros da Tabela SUS, os valores serão pagos ao Hospital após efetivo repasse pelo Ministério da Saúde.

f) Caberá ao Centro de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal da Saúde - CCAA/SMS encaminhar seu relatório final e conclusivo, apontando o percentual a ser aplicado sobre o valor previsto para as parcelas mensais quantitativas e qualitativas do presente Contrato, enviando-o a Superintendência de Gestão em Saúde da Secretaria Municipal da Saúde.

g) As metas qualitativas e quantitativas estão discriminadas no Documento Descritivo.

h) Caso o **HOSPITAL** não atinja pelo menos 50% (cinquenta por cento) das metas qualitativas ou quantitativas pactuadas no decorrer de 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, terá o Contrato e o Documento Descritivo revisados, ajustando para baixo as metas e o valor dos recursos a serem repassados, de acordo com a produção do hospital, mediante aprovação do Gestor.

i) Quando o **HOSPITAL** apresentar percentual acumulado de cumprimento de metas superior a 100% (cem por cento) por 12 (doze) meses consecutivos terá as metas do Documento Descritivo e os valores contratuais reavaliados para a readequação mediante aprovação do gestor e disponibilidade orçamentária.

j) Tendo em vista que a avaliação do cumprimento das metas não é feito no mês imediatamente subsequente ao processamento das faturas SIA-SUS e SIH-SUS, devido ao próprio fluxo estabelecido pelo Ministério da Saúde, o **MUNICÍPIO** pagará, mensalmente, o valor correspondente à meta de 100%, devendo haver nos meses seguintes, não ultrapassados 3 (três) meses, a compensação de valores, se apurado o cumprimento de metas inferior a 100% referente ao mês já pago.

k) O não cumprimento pelo Ministério da Saúde referente aos repasses dos valores pactuados neste Contrato, que são de sua responsabilidade, não transfere ao **MUNICÍPIO** a obrigação pelo pagamento dos serviços respectivos, que serão responsabilidade do Ministério da Saúde, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos do presente contrato no valor de até **R$ 44.303.210,12** (quarenta e quatro milhões, trezentos e três mil, duzentos e dez reais e doze centavos), para pagamento ao **HOSPITAL** deverão correr à conta das seguintes dotações orçamentárias:

MUNICÍPIO DE CURITIBA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
33001.10302.0003.2003.339039.0.1.303
33001.10302.0003.2003.339039.3.1.492
33001.10302.0003.2003.339039.3.1.496
33001.10304.0003.2103.339039.3.1.497

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Na execução do presente contrato as partes deverão cumprir as seguintes condições gerais:

I.Os compromissos estabelecidos entre as partes deverão estar de acordo com as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP);

II.O acesso aos serviços ambulatoriais e hospitalares, de natureza eletiva, disponibilizados pelo SUS/Curitiba através do Hospital, se efetivará exclusivamente pelos Sistemas de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde (SMS);

III.O acesso aos serviços hospitalares de natureza emergencial, se realizará através do Serviço de Pronto Atendimento (PA), situado nas dependências do Hospital, em funcionamento ininterrupto, atuando como porta de entrada para os casos referenciados pelo Complexo Regulador de Urgência do Município de Curitiba, por meio das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), SAMU e Central de Leitos Hospitalar regulados pela SMS;

IV.Serão considerados realizados pelo Hospital as ações e serviços que tiverem sido devidamente registrados no sistema e-Saúde de regulação da Secretaria, ou outro que venha a substituí-lo;

V.Os atendimentos realizados observarão os protocolos técnicos estabelecidos pelo Hospital, em consonância com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e o aval da Secretaria;

VI.As prescrições de medicamentos observarão a Relação Nacional de Medicamentos – RENAME, excetuadas as situações ressalvadas em protocolos avalizados pela Secretaria ou aprovados pela Comissão de Farmacologia e Terapêutica do Hospital;

VII.Os processos de atendimento deverão contemplar as orientações da Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS;

VIII.Todas as ações e serviços executados pelo Hospital em decorrência do presente contrato, não gerarão ônus para o paciente;

IX.Cabe ao Hospital manter o mínimo de 100% (cem por cento) da sua capacidade instalada, em leitos e serviços, disponibilizados ao SUS Curitiba.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS COMUNS ENTRE AS PARTES

Será designada pelo gestor pleno do SUS, por meio de ato normativo a ser publicado no Diário Oficial do Município ou publicação equivalente, uma Comissão Interinstitucional de Acompanhamento do Contrato, constituída por representantes da administração do **HOSPITAL**, dos usuários do Conselho Municipal de Saúde e do Gestor Municipal, para monitorar a execução das ações e serviços de saúde pactuados.

Parágrafo único

São deveres da Comissão:

I.Avaliar periodicamente o cumprimento das metas quali-quantitativas e físico-financeiras;

II.Avaliar a capacidade instalada do Hospital em conjunto com a SMS;

III.Readequar as metas pactuadas, os recursos financeiros a serem repassados e outras que se fizerem necessárias;

IV.Elaborar e implantar protocolos técnicos de atendimento e terapêutica;

V.Elaborar Documento Descritivo Anual do contrato;

VI.Aprimorar a atenção à saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO HOSPITAL

Durante todo o período de vigência do presente contrato, caracterizar-se-ão como obrigações do **HOSPITAL**:

I.Cumprir todas as metas qualitativas e quantitativas dentro dos Eixos de Assistência, Gestão, Ensino e Pesquisa e Avaliação e outras condições especificadas no Documento Descritivo Anual, parte integrante deste contrato, de acordo com a Portaria de Consolidação nº 2, anexo 2 do anexo XXIV, capítulo II, art. 5º, incisos IV e V, origem Portaria GM/MS nº 3410 GM/MS de 30 de dezembro de 2013 e Portaria de Consolidação º. 5, capítulo VIII, seção I, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente, origem da Portaria GM/MS nº 529 de 1º de abril de 2013;

II.Ter como responsabilidade exclusiva e integral a alocação de recursos humanos adequados e suficientes para a execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos à Secretaria Municipal de Saúde;

III.Manter o percentual mínimo de 100% (cem por cento) da sua capacidade instalada, em leitos e serviços, disponibilizada ao SUS/Curitiba;

IV.Manter em atividade regular e permanente seus representantes na Comissão Interinstitucional de Acompanhamento do Contrato;

V.Comprometer-se a não extinguir serviços em desenvolvimento na data da assinatura do presente termo, sem prévia aprovação da Secretaria, ainda que essa extinção não venha a impactar nas metas e indicadores pactuados no Documento Descritivo e seus Anexos, que integra o presente termo;

VI.Responsabilizar-se por indenização a danos causados aos usuários, aos órgãos do SUS e a terceiros, quando estes decorrerem de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, salvo se presentes causas excludentes de responsabilidade civil, ficando-lhe assegurado o direito de regresso.

VII.Responsabilizar-se por cobrança indevida feita a paciente ou seu representante, por profissional empregado ou autônomo em atividade no

HOSPITAL, em razão da execução do objeto do presente contrato, ficando-lhe assegurado o direito de regresso;

VIII.Manter afixado em local visível aos seus usuários, aviso de sua condição de estabelecimento integrante da rede do SUS/Curitiba e da gratuidade de todos os serviços prestados nessa condição;

IX.Comprometer-se a alimentar, sistemática e rotineiramente, o Sistema e-Saúde de Regulação da Secretaria ou outro que o substitua, assim como todos os sistemas de informações do Ministério da Saúde e da Educação, incluindo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, o Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA, o Sistema de Informações Hospitalares – SIH e outros sistemas de informações que venham a ser implementados no âmbito do SUS, em substituição ou em complemento a estes;

X.Reconhecer as prerrogativas do gestor municipal, bem como do Ministério da Saúde de, nos termos da legislação vigente, realizar fiscalização, auditoria, avaliação, controle e normatização suplementar sobre a execução do objeto deste contrato;

XI.Garantir a aplicação integral dos recursos financeiros provenientes deste contrato na unidade hospitalar, permitindo à Secretaria acesso a suas planilhas financeiras e de custos;

XII.Utilizar diretrizes terapêuticas e protocolos clínicos validados pelo gestor do SUS/MUNICÍPIO;

XIII.Emitir GRU – Guia de Recolhimento da União, da prestação de serviços realizados, nos termos da Lei Complementar 14/1997, regulamentada pelo Decreto Municipal 1192/1997, quando houver recurso Municipal e/ou Estadual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Durante todo o período de vigência do presente contrato caracterizar-se-ão como obrigações do **MUNICÍPIO**, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS):

I.Estabelecer, implantar e manter em adequado funcionamento os mecanismos reguladores de acesso, bem como os mecanismos controladores dos processos de execução das ações e serviços previstos no Documento Descritivo;

II.Disponibilizar para o **HOSPITAL** acesso aos Sistemas Informatizados de Regulação da Secretaria, Sistema e-Saúde ou outro que o substitua e capacitar os seus usuários;

III.Supervisionar, controlar e avaliar a execução das ações e serviços objeto do presente contrato;

IV.Identificar insuficiências eventualmente existentes na execução das ações e serviços contratados e promover intervenções que objetivem assegurar a sua correção;

V.Designar os membros para constituir a Comissão Interinstitucional de Acompanhamento do Contrato;

VI.Analisar, por meio do Centro de Controle, Avaliação e Auditoria (CCAA/SMS), os relatórios emitidos pela Comissão referente a avaliação do

desempenho do **HOSPITAL**, fazendo as correções necessárias e os encaminhamentos dos pagamentos devidos;

VII. Transferir ao **HOSPITAL** os recursos previstos neste contrato, conforme o contido na cláusula dos recursos financeiros deste termo.

CLÁUSULA NONA - DO DOCUMENTO DESCRITIVO

O Documento Descritivo Anual e seus Anexos, partes integrantes deste contrato e condição de sua eficiência, foram elaborados conjuntamente pelo **MUNICÍPIO** e pelo **HOSPITAL** e deverão ser executados de acordo com o previsto.

Parágrafo único

Terá validade durante a vigência do contrato, devendo ser renovado após esse período, podendo ser alterado a qualquer momento quando acordado entre as partes, devendo conter:

I. Todas as ações e serviços de saúde nas áreas de Assistência, Gestão, Ensino e Pesquisa e Avaliação, objeto deste contrato;

II. Definição das metas quantitativas das internações hospitalares, atendimentos ambulatoriais, atendimentos de urgência e emergência e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, com os seus quantitativos e fluxos de regulação;

III. Definição das metas de qualidade;

IV. Definição de indicadores para avaliação das metas de desempenho;

V. Descrição das atividades de ensino e pesquisa referentes a:

a) Educação permanente dirigida aos profissionais da rede de atenção à saúde, inclusive do próprio **HOSPITAL**;

b) Inserção do **HOSPITAL** com campo de estágios para a graduação, pós-graduação e profissões da área de saúde de interesse para o SUS;

c) Desenvolvimento de atividades de avaliação tecnológica e científica.

VI. O adensamento e evolução da estrutura tecnológica disponibilizada pelo **HOSPITAL**;

VII. O desenvolvimento e implantação de tecnologias de cuidados que permitam ao **HOSPITAL** reduzir a média de permanência das internações realizadas, tais como: hospital dia, cirurgias ambulatoriais, cirurgias laparoscópicas e outros;

VIII. Aprimoramento da Política Nacional de Humanização (PNH) dos atendimentos aos usuários, de acordo com os critérios definidos pelo Ministério da Saúde e Secretaria Municipal da Saúde;

IX. Aprimoramento dos processos de Gestão Hospitalar relacionados a:

a) Sistema de apropriação de custos;

b) A prática de atenção humanizada aos usuários, de acordo com os critérios definidos pelo **MUNICÍPIO**;

c) O trabalho de equipe multidisciplinar;

d) Incremento de ações de garantia de acesso, mediante o Complexo Regulador de Atenção à Saúde;

e) Funcionamento adequado do Comitê de Avaliação de Mortalidade por grupo de risco, principalmente no que se refere à mortalidade neonatal (comissão de óbito);

f) Implantação de mecanismos eficazes de referência e contra referência, mediante protocolos de encaminhamento;

g) Elaboração de painel de indicadores de acompanhamento de desempenho institucional.

X. A execução das políticas prioritárias do SUS, particularmente aquelas de impacto positivo mais significativo no território de influência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração no presente contrato deverá ser feita nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e regulamentação específica do Ministério da Saúde, sendo formalizada através de Termo Aditivo, salvo nos casos em que couber apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A rescisão do contrato poderá ser:

I. Unilateralmente e por escrito pelo **MUNICÍPIO**, nos casos de descumprimento pelo **HOSPITAL** das condições pactuadas e ainda, na forma dos Incisos I a XII e XVII do art. 78 e art.77 da Lei Federal nº 8.666/1993;

II. Por acordo amigável entre as partes, desde que haja conveniência para o **MUNICÍPIO**. Deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pelo gestor do SUS.

III. Por iniciativa das partes na via administrativa ou judicial, nos casos enumerados nos Incisos XII a XVII, do art. 78 da lei Federal nº 8.666/1993, hipóteses em que, desde que não haja culpa do **HOSPITAL**.

Parágrafo primeiro

Em caso de rescisão do presente contrato por parte do **MUNICÍPIO** não caberá ao **HOSPITAL** direito a qualquer indenização.

Parágrafo segundo

Quando da rescisão do contrato fundamentada nos termos do art. 78 e 79, da Lei Federal n.º 8.666/1993, caberá pedido de reconsideração ao Secretário Municipal da Saúde, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação do ato, o qual poderá ser recebido com efeito suspensivo". O gestor do SUS deve verificar o fato. Em havendo interesse público relevante deve ser avaliado no caso concreto, o qual será recebido com efeito suspensivo ou não.

Parágrafo terceiro

Em caso de rescisão do presente contrato, nos termos da presente cláusula, deverão ser observados, no que couber, os artigos 114 e 115 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

O contrato contará com uma Comissão Interinstitucional de Acompanhamento que, mensalmente, deverá avaliar o desempenho do **HOSPITAL** na execução das metas, assim como no tocante ao atingimento dos indicadores de desempenho estabelecidos no presente termo, conforme Portaria nº 119 de 28 de julho de 2017 da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), devendo o **HOSPITAL** no prazo de 30 (trinta) dias, indicar à Secretaria Municipal da Saúde, no mínimo 1 (um) membro representante de sua Entidade, para integrar a referida comissão, conforme exige a Portaria de Consolidação nº 02 GM/MS de 28 de setembro de 2017 e diretrizes originárias da Portaria MS/GM nº 3.410 de 30/12/2013, art. 32, que também será composta por um representante dos usuários do SUS, indicado à Secretaria pelo Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo primeiro

O **HOSPITAL**, assim como o **MUNICÍPIO,** fica obrigados, mensalmente, a fornecer à Comissão Interinstitucional de Acompanhamento do Contrato, todas as informações e documentos necessários para que esta possa executar, de modo correto, as suas atribuições, da seguinte maneira:

I. Mensalmente, a referida Comissão deverá emitir relatório padrão apontando o índice de desempenho atingido pelo **HOSPITAL** no período considerado, sendo que a avaliação se efetivará levando em consideração o constante no Documento Descritivo, nos registros da base de dados dos Sistemas de Regulação da Secretaria, bem como nos registros do próprio **HOSPITAL** e deverá ser analisado pelo Centro de Controle, Avaliação e Auditoria/CCAA da SMS que poderá, a vista de informações complementares, ratificar sua conclusão ou retificá-la definindo todos os valores a serem pagos para o **HOSPITAL**, a cada competência considerada;

II. Caberá ao CCAA/SMS encaminhar seu relatório final e conclusivo, apontando o percentual a ser aplicado sobre o valor previsto para as parcelas mensais qualitativas e quantitativas do presente contrato, enviando-o ao Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria Interministerial nº 22 de 11 de janeiro de 1999.

III. A Secretaria Municipal da Saúde deverá apresentar, semestralmente, à Comissão de Assistência do Conselho Municipal de Saúde, condensado dos relatórios mensais emitidos pela Comissão Interinstitucional de Acompanhamento do Contrato, devidamente complementado pelo CCAA/SMS.

Parágrafo segundo

A existência da Comissão mencionada nesta cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

A inobservância pelo **HOSPITAL** de cláusula ou obrigação constante deste instrumento contratual, ou de dever originado de norma legal ou regulamentação pertinente ao objeto deste, autorizará o **MUNICÍPIO**, garantida a prévia defesa a aplicar em cada caso, a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e na Lei Municipal nº 8962/1996, regulamentada pelo Decreto Municipal 1.150/1997, parcialmente alterado pelo Decreto nº 245/2004, no que couber, assim discriminadas:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Suspensão temporária da realização dos serviços;

IV. Descredenciamento, implicando na rescisão do presente contrato, após o devido processo legal;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo primeiro

As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, sendo que os valores pecuniários referentes a multas aplicadas ao **HOSPITAL** poderão ser ressarcidos através de desconto nos valores a serem creditados/pagos mensalmente ao **HOSPITAL**, após laudo conclusivo de auditoria e processo administrativo com decisão que não caiba mais recurso administrativo.

Parágrafo segundo

Da aplicação das penalidades decorrentes da Lei Federal n.º 8666/1993, o **HOSPITAL** terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para interpor recurso dirigido ao Secretário Municipal da Saúde. Da penalidade aplicada com fulcro na Lei Municipal n.º 8.962/1996 caberá recurso de revisão ao Secretário Municipal da Saúde, com efeito suspensivo, interposto uma só vez, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo terceiro

A imposição das sanções previstas nas leis acima mencionadas dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada na avaliação a situação e circunstâncias objetivas em que o fato ocorreu e, dela será notificado o **HOSPITAL** de acordo com as disposições da legislação do Sistema Nacional e Municipal de Auditoria do SUS.

Parágrafo quarto

Da rescisão do contrato pelo Município cabe recurso da referida decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo quinto

Em caso de aplicação de penalidades, nos termos da presente cláusula, deverá ser observado, no que couber, o artigo 111 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de comum acordo entre as partes, podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO GESTOR E SUPLENTE

Ficam designadas as servidoras Flávia Celene Quadros, matrícula 130.528 e Oksana Maria Volochtchuk, matrícula nº 100.766 como gestora e suplente da presente contratação, respectivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espeécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme dispõem a Lei Federal nº 12.846/2013 e o art. da Resolução SESA nº 153/2016.

Por se tratar de incentivo de custeio referente ao Programa HOSPSUS, elegível ao Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, financiável parcialmente ou totalmente com recursos oriundos de organismo financeiro multilateral, deverá atender a Resolução SESA nº 207/2016, ao adotar práticas anticorrupção, devendo observar que:

O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco".[1] Em consequência desta política, o Banco:

a) Define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

(i) "prática corrupta" [2]: significa oferecer entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

---

[1] Nesse contexto será imprópria qualquer atitude tomada no intuito de influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato para obter vantagens indevidas.

[2] Para os fins deste parágrafo "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Neste contexto, funcionário público inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisições.

(ii) "prática fraudulenta" [3] significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

(iii) "prática colusiva" [4] significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(iv) "prática coercitiva" [5] significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar, prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(v) "prática obstrutiva" significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou exclusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou:

(bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitar uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

---

[3] Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou na execução do contrato.

[4] Para fins deste parágrafo, o termo "partes" II refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção similar a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

[5] Para fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco "[6], inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para outorga de contratos financiados pelo Banco: e

(ii) para ser designado"[7], subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

I - Para fins deste Contrato, serão consideradas as seguintes definições:

a) LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal 13.709/2018) – Legislação Municipal: Decretos Municipais 610/2019 e 326/2021 ou outro que vier a alterá-los.

b) Dados Pessoais: qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, como: nome, CPF, RG, endereço residencial ou comercial, número de telefone fixo ou móvel, endereço de e-mail, dentre outros;

c) Tratamento: qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas com Dados Pessoais ou sobre conjuntos de Dados Pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a coleta, o registro, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, a eliminação ou a destruição.

d) Outros termos aqui utilizados e não definidos acima possuem o significado atribuído em cláusula específica ou o significado constante da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018, "LGPD").

II - Ficam acrescidas às partes as seguintes obrigações e responsabilidades decorrentes da aplicação das normas de proteção de dados pessoais:

a) A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e do Decreto Municipal nº 326 de 17 de fevereiro de 2021 ou outro que vier a substituí-lo, obrigando-se a adequar todos os

---

[6] Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do banco, incluindo inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Banco Mundial e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

[7] Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii)foi indicado pelo Mutuário – Fonte: Cláusula Banco Mundial.

procedimentos internos ao disposto na legislação e a este Contrato com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

b) Compete ao MUNICÍPIO, na condição de **CONTRATANTE**, fornecer tempestivamente, todos os meios para o regular desempenho das atividades o HOSPITAL, principalmente informações e documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente Contrato. Devido à natureza do relacionamento entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** caracterizar uma CONTROLADORIA CONJUNTA, cabe a ambos as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais desde que para a execução dos serviços especificados neste Contrato, e em hipótese alguma para outras finalidades.

c) O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados);

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento que sejam indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada nos termos da legislação vigente, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão dos dados. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste Contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades;

c.1) eventualmente, podem as partes convencionar que a **CONTRATANTE** será responsável por obter o consentimento dos titulares, o que deverá ser formalizado mediante termos assinado pelas partes;

d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

e) os dados obtidos em razão deste Contrato deverão ser armazenados de forma segura, sendo em que, no que diz respeito aos meios eletrônicos, buscar-se-á garantir o registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de necessidade de transferência internacional de dados pessoais pela **CONTRATADA**, para atender ao acima, esta deverá

garantir, sob pena de encerramento da relação contratual e eventual responsabilização cível, que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, considerando a restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da **CONTRATADA**;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.1.4) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao **CONTRATANTE**, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.5) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.6) zelará pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.7) tratará os dados pessoais apenas em nome da **CONTRATANTE** e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do Contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente à **CONTRATANTE**, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o Contrato;

e.1.8) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da **CONTRATANTE** e as obrigações do Contrato e que, no caso de haver alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do Contrato, comunicará imediatamente essa alteração à **CONTRATANTE**, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o Contrato;

e.1.9) notificará imediatamente à **CONTRATANTE** sobre qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei,

e.1.10) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da **CONTRATANTE** relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência, e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.11) a pedido da **CONTRATANTE**, apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.12) em caso de subcontratação, solicitará previamente à **CONTRATANTE**, cuja eventual anuência deverá se dar por escrito.

e.1.13) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste Contrato, permanecendo a **CONTRATADA** como responsável pela conformidade das obrigações aqui estabelecidas e por quaisquer atos ou omissões de eventual subcontratada que resultem na violação deste Contrato;

e.1.14) enviará imediatamente à **CONTRATANTE** uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste Contrato.

III) A **CONTRATADA** dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da **CONTRATANTE**.

IV) O eventual acesso, pela **CONTRATADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a **CONTRATADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente Contrato e por prazo indeterminado após seu término.

V) As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD, nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo;

VI) Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de Dados Pessoais da outra Parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

VII) Fica designada como Encarregado da **CONTRATADA** o Representante Legal Ouvidor(a) do CHC-UFPR, em atendimento à Portaria-SEI nº 206, de 15 de dezembro de 2020, ILDA EVELINE ROCKEL, inscrita no CPF: 466.472.521-34, e do **CONTRATANTE** o Encarregado Geral de Proteção de Dados, Sr. FLÁVIO SILVA DE ANDRADE, matrícula nº 142772, e-mail lgpd@curitiba.pr.gov.br e telefone (41) 3350-8932.

Caso o Encarregado da **CONTRATADA** seja alterado, fica a mesma obrigada a comunicar formalmente o **CONTRATANTE**.

VIII) O Encarregado da **CONTRATADA** manterá contato formal com o Encarregado da **CONTRATANTE**, imediatamente após a ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento ou suspeita, devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

IX) A critério do Encarregado de Dados da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste Contrato, no tocante a dados pessoais.

X) A **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao **CONTRATANTE**, sempre que necessário, documentos e informações necessários para fins de auditoria, acerca do cumprimento das obrigações contratuais.

a) As solicitações do **CONTRATANTE** se farão mediante notificação prévia e escrita;

b) O relatório de auditoria deverá ser disponibilizado em duas vias, uma para cada uma das partes, que terá caráter confidencial.

XI) Encerrada a vigência do Contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a **CONTRATADA** se obriga a interromper o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo **CONTRATANTE**, eliminando completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD, o que deverá ser justificado imediatamente.

XII) As partes obrigam-se a manter a mais absoluta confidencialidade dos dados e informações obtidas e de colaboradores que vierem a utilizar para o desempenho dos serviços discriminados neste instrumento, por prazo indeterminado, seguindo as normas regentes pela Lei Geral de Proteção de Dados, assim como toda e qualquer legislação aplicável. A parte que der causa ao estabelecido nesta clausula, estará sujeita às penalidades cabíveis, nos estritos termos da lei.

XIII) Fica vedada a utilização dos dados pessoais compartilhados para condutas abusivas, bem como a obtenção de vantagens econômicas e financeiras.

XIV) Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Contrato, bem como de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD, sendo oportunizado os direitos ao contraditório e à ampla defesa à **CONTRATADA**, que desde já se compromete a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de auditoria sejam sanadas.

XV) Caso a legislação aplicável exija modificações na execução do Contrato, as Partes deverão, se possível, renegociar as condições vigentes e, se houver alguma disposição que impeça a continuidade do Contrato conforme as disposições acordadas, este deverá ser resolvido sem qualquer penalidade, apurando-se os valores devidos até a data da rescisão.

XVI) Se qualquer legislação nacional ou internacional aplicável aos dados tratados (incluindo armazenados) no âmbito do Contrato vier a exigir adequação de processos e/ou instrumentos contratuais por forma ou meio determinado, as Partes desde já acordam em celebrar termo aditivo escrito neste sentido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A **CONTRATADA** deverá fornecer a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas até 30/11/2022 sob pena de rescisão do contrato.

MUNICÍPIO DE CURITIBA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná, Subseção Judiciária de Curitiba, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E para constar, foi lavrado o presente, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Palácio, 29 de Março, 04 de agosto de 2022.

BEATRIZ BATTISTELLA NADAS
Secretária Municipal de Saúde

GEN.OSWALDO DE JESUS FERREIRA
Presidente da EBSERH

GIUSEPPE CESARE GATTO
Diretor de Ensino, Pesquisa e Atenção Saúde da EBSERH

Profª Drª CLAUDETE REGGIANI
Superintendente do Complexo Hospital de Clínicas da UFPR

ELIZABETH BERNARDINO
Gerente de Atenção à Saúde CHC/UFPR

1ª Testemunha
Nome
CPF

2ª Testemunha
Nome
CPF